

# **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

*Usina de Energia Eólica  
Vila Acre I SPE S. A.*



# Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A

## Índice das demonstrações financeiras e notas explicativas

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

### ÍNDICE

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstração dos resultados.....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa .....</b>	<b>7</b>
<b>Notas explicativas .....</b>	<b>8</b>
<b>1 Informações gerais e base de preparação .....</b>	<b>8</b>
1.1 Informações gerais.....	8
1.2 Base de preparação e políticas contábeis .....	9
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	9
1.4 Uso de estimativas e julgamentos .....	9
<b>2 Principais informações financeiras.....</b>	<b>9</b>
2.1 Resultado do exercício.....	9
2.2 Ativos e passivos financeiros .....	11
2.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	16
2.4 Patrimônio líquido.....	17
<b>3 Estimativas críticas e riscos .....</b>	<b>19</b>
3.1 Estimativas críticas e julgamentos .....	19
3.2 Gestão de riscos .....	20
<b>4 Outras informações .....</b>	<b>21</b>
4.1 Transações com partes relacionadas .....	21
4.2 Seguros .....	22
<b>5 Principais práticas contábeis adotadas .....</b>	<b>22</b>
5.1 Caixa e equivalentes de caixa .....	22
5.2 Imobilizado .....	22
5.3 Intangível.....	23
5.4 Redução ao valor recuperável (“ <i>impairment</i> ”) .....	24
5.5 Empréstimos e financiamentos .....	24
5.6 Provisões.....	24
5.7 Tributação .....	25
5.8 Outros ativos e passivos .....	25
5.9 Reconhecimento de receita .....	26
5.10 Instrumentos financeiros .....	26
5.11 Passivo de arrendamentos .....	26
5.12 Novas e alteradas em vigor no exercício corrente.....	27
5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes .....	28

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A  
Serra do Mel - RN

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2024

Mazars Auditores Independentes  
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque  
CRC CE019775/O-9 T-RJ

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

### Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2.2.2	3.292	5.503	Fornecedores	2.2.5	1.019	2.246
Contas a Receber	2.2.4	3.652	3.260	Empréstimos e Financiamentos	2.2.6	4.922	5.097
Adiantamento a Fornecedor		75	613	Obrigações Fiscais e trabalhistas		235	386
Despesas Antecipadas		404	470	Contas a pagar - Partes relacionadas	4.1	31	63
Impostos a recuperar		19	24	Dividendos - Partes relacionadas	4.1	3.469	2.103
Outros Ativos		4	4	Penalidades contratuais	2.2.8	3.311	3.266
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>7.446</b>	<b>9.874</b>	Arrendamentos CP	2.2.7	8	6
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>12.995</b>	<b>13.167</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	2.2.3	33.076	15.110	Empréstimos e Financiamentos LP	2.2.6	61.425	68.434
Imobilizado	2.3.1	132.560	138.827	Penalidades contratuais LP	2.2.8	4.198	12
Intangível	2.3.2	732	772	Obrigação pela desmobilização de ativos	2.3.1	164	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>166.368</b>	<b>154.709</b>	Arrendamentos LP		3.448	2.522
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>69.235</b>	<b>70.968</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>82.230</b>	<b>84.135</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	2.4		
				Capital Social		71.919	71.919
				Reserva de lucro		19.665	8.529
						<b>91.584</b>	<b>80.448</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>173.814</b>	<b>164.583</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>173.814</b>	<b>164.583</b>

**Demonstração dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

-	<b>Nota</b>	<b>31/12/2023</b>	-	<b>31/12/2022</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.1.1</b>	<b>33.308</b>		<b>30.511</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>2.1.2</b>	<b>(13.921)</b>		<b>(15.173)</b>
Depreciações e amortizações		(6.849)		(7.089)
Serviços de operação & manutenção		(4.853)		(6.098)
Encargos Setoriais		(1.334)		(1.241)
Seguros		(465)		(401)
Aluguel		(412)		(340)
Energia Comprada p/ revenda		-		(1)
Outros		(8)		(3)
<b>Resultado bruto</b>		<b>19.387</b>		<b>15.338</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas Administrativas	<b>2.1.2</b>	(733)		(547)
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>18.654</b>		<b>14.791</b>
Despesas financeiras		(5.002)		(7.504)
Receitas financeiras		3.021		3.816
<b>Resultado financeiro</b>	<b>2.1.3</b>	<b>(1.981)</b>		<b>(3.688)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>16.673</b>		<b>11.103</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<b>2.1.4</b>	(2.068)		(2.248)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>14.605</b>		<b>8.855</b>

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangente

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>92.104</b>	<b>1.777</b>	<b>5.508</b>	<b>7.285</b>	-	<b>99.389</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.855	8.855
Aumento de Capital	815	-	-	-	-	815
Redução de Capital	(21.000)	-	-	-	-	(21.000)
<b>Destinação do lucro</b>						
Constituição de reserva legal	-	443	-	443	(443)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.103)	(2.103)
Dividendo adicional	-	-	(5.508)	(5.508)	-	(5.508)
Lucros retidos a deliberar	-	-	6.309	6.309	(6.309)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>71.919</b>	<b>2.220</b>	<b>6.309</b>	<b>8.529</b>	-	<b>80.448</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.605	14.605
<b>Destinação do lucro</b>						
Constituição de reserva legal	-	730	-	730	(730)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.469)	(3.469)
Dividendo adicional	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos a deliberar	-	-	10.406	10.406	(10.406)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>71.919</b>	<b>2.950</b>	<b>16.715</b>	<b>19.665</b>	-	<b>91.584</b>

**Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do IRPJ e CSLL		16.673	11.103
<b>Ajustes por</b>			
Rendimentos de aplicações financeiras	2.1.3	(2.581)	(3.329)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	4.108	7.256
Ajuste a valor presente	2.1.3	(4)	-
Depreciações e amortizações	2.3.1	6.850	7.089
Penalidades contratuais - provisão	2.2.8	4.181	4.920
Penalidades contratuais - atualização financeira	2.2.8	50	(1.642)
<b>Diminuição (aumento) nos ativos</b>			
Contas a receber	2.2.4	(392)	1.406
Adiantamentos a fornecedores		538	53
Despesas antecipadas		66	(112)
Impostos a recuperar		5	158
Redução em outros ativos		-	-
<b>Aumento (diminuição) nos passivos</b>			
Fornecedores	2.2.5	(1.227)	(180)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(676)	(905)
Fornecedores – partes relacionadas		(32)	(12)
Outras Obrigações		168	
<b>Recursos provenientes das atividades operacionais</b>		<b>27.727</b>	<b>25.805</b>
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6	(6.015)	(6.432)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.543)	(1.747)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais</b>		<b>20.169</b>	<b>17.626</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	2.2.3	(15.385)	19.222
(Aquisições) baixas de imobilizado	2.3.1	394	(114)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento</b>		<b>(14.991)</b>	<b>19.108</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.6	(4.979)	(4.978)
Dividendos	2.4.3	(2.103)	(7.344)
Redução de capital social	2.4.1	-	(20.185)
Passivo de arrendamento	2.2.7	(307)	(210)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de financiamento</b>		<b>(7.389)</b>	<b>(32.717)</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(2.211)</b>	<b>1.084</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	5.503	1.486
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	3.292	5.503
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(2.211)</b>	<b>1.084</b>
<b>Transações que não afetam o caixa</b>			
Passivo de arrendamento	2.3.1	937	(33)
Provisão desmobilização	2.3.1	(161)	-

## Notas explicativas

### 1 Informações gerais e base de preparação

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

#### 1.1 Informações gerais

A Usina De Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em novembro de 2015 e com sede administrativa e foro jurídico no município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte no Lote 21, Vila Acre, Zona Rural – CEP: 59.663-000. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Vila Acre I com 13 aero geradores com 27 MW de potência instalada.

A Vila Acre I informa que em dezembro 2023 foi celebrado entre Voltalia S.A. e a XP INFRA II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“XP”) contrato de compra e venda de ações das totalidade das ações da Companhia e da sua acionista, Alameda Acre. A Alteração do controle direto é esperada para ocorrer em 2024.

#### Autorização do Parque Eólico Vila Acre I

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 127 de 26 de abril de 2016 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Acre I, com 25.200 kW de capacidade instalada constituída por doze Unidades Geradoras de 2.100 kW.

A Companhia entrou em fase de teste em 8 de abril de 2017, conforme despacho ANEEL nº 978 de 07 de abril de 2017. Em 23 de junho de 2017, a Companhia entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.811 de 22 de junho de 2017. No dia 25 de julho de 2017, foi recebido o Final Cap a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Companhia passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

Nessa data, a Companhia entrou em operação antecipada conforme as premissas previstas no contrato de energia de reserva -CER. A partir de 1º de novembro de 2018, a Companhia iniciara a venda da energia contratada conforme contrato de energia de reserva - CER. De acordo com as cláusulas contratuais a receita antecipada ou contratada tem um único cliente que a CCEE. Nesta fase de receita antecipada a mesma é calculada com o preço de venda, sendo sua receita conforme a produção de energia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

#### Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 17 de junho de 2016 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 8º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2015. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de novembro de 2018, ao preço original de R\$210,98 reais/MWh (dezembro de 2015), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

# Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## **Capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 5.549 (em 31 de dezembro de 2022 o montante era de R\$ 3.293). Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

## **Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de Abril de 2024.

## **1.2 Base de preparação e políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo

## **1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **1.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a depreciação e amortização do ativo fixo, o cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento e determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **2 Principais informações financeiras**

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

### **2.1 Resultado do exercício**

#### **2.1.1 Receita operacional, líquida**

	<u>31/12/2023</u>	<u>30/12/2022</u>
Receita Bruta de fornecimento - CCEE	38.646	36.397
(Penalidade)/Ressarcimento - CCEE	(4.181)	(4.920)
Certificado de Energia Renovável	106	171
Certificado de Energia Renovável - Partes Relacionadas	-	19
Tributos Sobre Receita	(1.263)	(1.156)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b><u>33.308</u></b>	<b><u>30.511</u></b>

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Depreciações e amortizações	(6.850)	-	(7.089)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.420)	-	(4.938)	-
Serviços de operação & manutenção - Partes Relacionadas	(1.433)	-	(1.160)	-
Encargos Setoriais	(1.334)	-	(1.241)	-
Aluguel	(412)	-	(340)	-
Seguros	(465)	-	(401)	-
Energia Comprada p/ revenda	-	-	(1)	-
Outros	(7)	-	(3)	-
Serviços	-	(373)	-	(345)
Despesas administrativas Gerais	-	(307)	-	(195)
Locações	-	(53)	-	(7)
	<b>(13.921)</b>	<b>(733)</b>	<b>(15.173)</b>	<b>(547)</b>

### 2.1.3 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.022	3.797
Outras receitas financeiras	(1)	19
<b>Total</b>	<b>3.021</b>	<b>3.816</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.812)	(7.037)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(298)	(219)
Outras despesas financeiras	(838)	(248)
Atualização penalidades suspensas	(50)	-
Ajuste a valor presente	(4)	-
<b>Total</b>	<b>(5.002)</b>	<b>(7.504)</b>
<b>Total de resultado financeiro</b>	<b>(1.981)</b>	<b>(3.688)</b>

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>38.752</b>	<b>36.587</b>
Penalidade Contratual – CCEE	(4.181)	(4.920)
<b>Base ajustada</b>	<b>34.571</b>	<b>31.667</b>
Presunção imposto de renda - 8% (a)	2.766	2.533
Presunção contribuição social - 12% (b)	4.149	3.800
Demais receitas e ganhos de capital (c)	3.020	3.816
<b>Base de Cálculo - IRPJ (a)+( c)</b>	<b>5.786</b>	<b>6.349</b>
Imposto de renda:15%	868	952
Adicional de Imposto de Renda: 10%	555	610
<b>Total IRPJ</b>	<b>1.423</b>	<b>1.562</b>
<b>Base de cálculo - CSLL (b)+(c)</b>	<b>7.169</b>	<b>7.616</b>
Contribuição social: 9%	644	685
<b>Total de CSLL</b>	<b>645</b>	<b>685</b>
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>2.068</b>	<b>2.248</b>

## 2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta Nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria

Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

### 2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.292	5.503
Contas a receber	3.652	3.260
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	33.076	15.110
	<b>40.020</b>	<b>23.873</b>
Fornecedores	(1.019)	(2.246)
Empréstimos e financiamentos	(66.347)	(73.531)
Passivo de arrendamento	(3.456)	(2.528)
Penalidades contratuais	(7.509)	(3.278)
Mútuos, contas a pagar e dividendos - partes relacionadas	(3.500)	(2.166)
	<b>(81.831)</b>	<b>(83.749)</b>
	<b>(41.811)</b>	<b>(59.876)</b>

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	68	6
Aplicações financeiras (CDB)	3.224	5.497
	<u><b>3.292</b></u>	<u><b>5.503</b></u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata, cuja rentabilidade média foi de 99,2% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, mantidas junto ao Banco de rating A classificado pela Standard & Poor's.

### 2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Centralizadora	24.527	7.328
Trianon	73	76
Serviço da dívida – Empréstimo BNB	7.642	6.935
Serviços de manutenção - O&M	834	771
<b>Total</b>	<u><b>33.076</b></u>	<u><b>15.110</b></u>

A seguir, descrição das principais contas:

- Para a segurança do pagamento do serviço da dívida, compreendendo o principal, juros e eventuais comissões, foi constituído em setembro de 2018 o Fundo de Liquidez, conforme avençado no contrato de financiamento de longo prazo celebrado ente o BNB e Vila Acre I. Trata-se de uma conta reserva, cujo saldo mínimo deverá ser de 7% do valor do saldo devedor do empréstimo. Tais recursos serão investidos em aplicações definidas pelo próprio BNB e eventuais excedentes poderão ser liberados para a conta de livre movimentação da Companhia com periodicidade não inferior a três meses. A obrigação de manutenção do Fundo de Liquidez cessará com o vencimento do contrato de financiamento ou liquidação antecipada da dívida.
- As contas “serviço da dívida – empréstimo” e “serviço de manutenção – O&M” são contas reservas que foram constituídas em novembro de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNB e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2023, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (BNB), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 84,9% do CDI - Certificado

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

de Depósito.

### 2.2.4 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é composto do montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no valor de 3.652 (R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2022) referente à receita fixa de geração de energia eólica no período, após a autorização de fornecimento em junho de 2015 mais provisão para ressarcimento. O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Maiores detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Receita Fixa*	3.633	3.194
Conta a Receber	19	66
<b>Total</b>	<u><b>3.652</b></u>	<u><b>3.260</b></u>

(\*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 25 de julho de 2017.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNB (Nota 2.2.6).

### 2.2.5 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços	422	1.562
Seguros	421	509
Encargos setoriais	114	109
Aluguel	59	62
Compra de Energia	3	4
	<u><b>1.019</b></u>	<u><b>2.246</b></u>

### 2.2.6 Empréstimos e financiamentos

#### Composição de saldo

	<b>Encargos financeiros incidentes</b>	<b>Moeda</b>	<b>Prazo do contrato</b>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Financiamentos</b>					
Banco do Nordeste do Brasil S.A	10,14% a.a	Real	22/11/2017 - 21/11/2037	66.347	73.531
Total circulante				4.922	5.097
Total não circulante				61.425	68.434

O financiamento junto ao BNB possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2023 é de 9,71% (10,36% para 31 de dezembro de 2022).

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	73.531	77.904
Juros incorridos	3.810	7.037
Juros pagos	(6.015)	(6.432)
Amortização de principal	(4.979)	(4.978)
Saldo final	66.347	73.531

### Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNB estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. Para 31 de dezembro de 2022 o índice calculado foi de 3,75.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida]

Em 31 de dezembro de 2023 o referido índice atingiu o número de 2,99 (2022 – 3,75) conforme apresentado abaixo:

	31/12/2023 Cálculo do ICSD	31/12/2022 Cálculo do ICSD
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	20.613	32.489
(-) Conta reserva Serviço da Dívida	(6.319)	(6.132)
(-) Conta reserva O&M	(771)	(715)
<b>(A) Caixa inicial da atividade</b>	<b>12.907</b>	<b>25.455</b>
<b>Ajustes no EBITDA</b>		
Lucro no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023	14.605	8.855
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.068	2.248
(+/-) Resultado financeiro	1.963	3.688
(+) Depreciação e amortização	6.850	7.089
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>25.486</b>	<b>21.880</b>
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses de diferimento	(2.108)	(2.485)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte	(3.468)	(2.103)
<b>(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>19.910</b>	<b>17.292</b>
<b>(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNB</b>	<b>10,994</b>	<b>11.410</b>
<b>Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)</b>	<b>2,99</b>	<b>3,75</b>

### Garantias

São garantias do contrato do BNB o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (13 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais e contas reserva conforme mencionado na 2.3.3.

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.2.7 Passivos de arrendamento

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 2.3.1. A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivos de arrendamento	31/12/2022	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2023
Passivo Circulante	6	-	(9)	-	11	8
Passivo Não Circulante	2.522	298	(298)	937	(11)	3.448
<b>Total no Passivo</b>	<b>2.528</b>	<b>298</b>	<b>(307)</b>	<b>937</b>	<b>-</b>	<b>3.456</b>

  

Passivos de arrendamento	31/12/2021	Juros	Pagamentos	Transf CP / LP	31/12/2022
Passivo Circulante	24	-	(24)	6	6
Passivo Não Circulante	2.528	219	(219)	(6)	2.522
<b>Total no Passivo</b>	<b>2.552</b>	<b>219</b>	<b>(243)</b>	<b>-</b>	<b>2.528</b>

### 2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Em outubro de 2022 a companhia finalizou o primeiro quadriênio com o volume de energia gerada abaixo do contratado. A companhia está no segundo quadriênio, que será findo em outubro de 2026, a energia gerada pela companhia ficou abaixo do volume contratado.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.278	3.266
Atualização financeira	50	12
Penalidade contratual – em curso	4.181	-
<b>Saldo final</b>	<b>7.509</b>	<b>3.278</b>

  

Passivo circulante	3.311	3.266
Passivo não circulante	4.198	12

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.3 Ativos e passivos não-financeiros

#### 2.3.1 Imobilizado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
<b>Imobilizado em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	175.523	128.853	175.362	142.931
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>175.523</b>	<b>128.853</b>	<b>175.362</b>	<b>142.931</b>
<b>Bens em operação</b>				
Materiais sobressalentes	184	182	184	167
Instalações	75	33	75	49
Moveis e utensílios	45	32	45	29
Máquinas e equipamentos	328	262	328	212
Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.7)	2.693	3.198	2.693	2.407
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>3.325</b>	<b>3.707</b>	<b>3.325</b>	<b>2.864</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>178.848</b>	<b>132.560</b>	<b>178.687</b>	<b>145.795</b>

Todo o montante de despesa de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

O financiamento junto ao BNB (Nota 2.2.6) está garantido por 13 turbinas de para geração de energia no montante total de R\$ 115.190.

#### Movimentações em 2023

A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2044, conforme contratos fundiários.

	Valor líquido em 31/12/2022	Atualização contratual	Adições/Baixas	Desmobilização	Depreciação	Baixa de depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Imobilizado em operação</b>							
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	135.963	-	(600)	161	(6.671)	-	128.853
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>135.963</b>		<b>(600)</b>	<b>161</b>	<b>(6.671)</b>		<b>128.853</b>
<b>Bens em operação</b>							
Materiais sobressalentes	191	-	-	-	(9)	-	182
Instalações	41	-	-	-	(8)	-	33
Moveis e utensílios	38	-	-	-	(6)	-	32
Máquinas e equipamentos	258	-	45	-	(41)	-	262
Terreno - Direito de uso (Nota 2.2.7)	2.336	937	-	-	(75)	-	3.198
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>2.864</b>	<b>937</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>(139)</b>	<b>-</b>	<b>3.707</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>138.827</b>	<b>937</b>	<b>(555)</b>	<b>161</b>	<b>(6.810)</b>	<b>-</b>	<b>132.560</b>

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### Movimentações no período comparativo

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (baixas)	Baixa de imobilizado	Depreciação	Baixa depreciação	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Imobilizado em operação</b>						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	142.931	-	(14)	(6.961)	7	135.963
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>142.931</b>	<b>-</b>	<b>(14)</b>	<b>(6.961)</b>	<b>7</b>	<b>135.963</b>
<b>Bens em operação</b>						
Materiais sobressalentes	167	32	-	(8)	-	191
Instalações	49	-	-	(8)	-	41
Moveis e utensílios	29	14	-	(5)	-	38
Máquinas e equipamentos	212	81	-	(35)	-	258
Terreno - direito de uso (Nota 2.2.7)	2.407	1	(33)	(72)	33	2.336
Veículos - direito de uso (Nota 2.2.7)	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>2.864</b>	<b>128</b>	<b>(33)</b>	<b>(128)</b>	<b>33</b>	<b>2.864</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>145.795</b>	<b>128</b>	<b>(47)</b>	<b>(7.089)</b>	<b>40</b>	<b>138.827</b>

### 2.3.2 Intangível

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
<b>Intangível em operação</b>				
Gastos desenvolvimento	988	732	988	772
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>988</b>	<b>732</b>	<b>988</b>	<b>772</b>
<b>Total</b>	<b>988</b>	<b>732</b>	<b>988</b>	<b>772</b>

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/23
<b>Intangível em operação</b>							
Gastos desenvolvimento	812	-	(40)	772	-	(40)	732
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>812</b>	<b>-</b>	<b>(40)</b>	<b>772</b>	<b>-</b>	<b>(40)</b>	<b>732</b>
<b>Total</b>	<b>812</b>	<b>-</b>	<b>(40)</b>	<b>772</b>	<b>-</b>	<b>(40)</b>	<b>732</b>

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque.

## 2.4 Patrimônio líquido

### 2.4.1 Capital social

O capital social da Companhia, atualmente, é de 71.918.663 ações no valor nominal de R\$ 1,00 integralmente detidas pela Alameda Acre Participações S.A., em 31 de dezembro de 2023.

Conforme AGE datada de 01 de fevereiro de 2022, foi autorizado pelo acionista o aumento de capital no valor de R\$ 814.588 (oitocentas e quatorze mil, quinhentas e oitenta e oito reais) mediante a medição de 814.588 (oitocentas e quatorze mil, quinhentas e oitenta e oito) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada.

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2.4.2 Redução de Capital Social

Em 21 de dezembro de 2022 ocorreu a redução do capital social em R\$ 21.000.000 (vinte e um milhões de reais) e consequentemente o cancelamento de 21.000.000 (vinte e um milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A redução foi aprovada em assembleia em razão do capital ter se tornado excessivo em relação ao desenvolvimento das atividades da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

A redução acarretou na restituição dos haveres correspondentes à única acionista da Companhia.

### 2.4.3 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

Através da Assembleia geral Ordinária de 28 de julho de 2022 a Companhia deliberou dividendos adicionais referentes aos anos anteriores no montante de R\$ 5.508.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

O contrato de empréstimo assinado com o banco BNB inclui uma cláusula de Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações, que terá vigência até o fim do contrato em novembro de 2031, proibindo a distribuição de dividendos acima do mínimo legal obrigatório, caso não atinja a produção de 90% da garantia física comercializada, no ano imediatamente anterior.

O lucro do exercício de 2023 e a sua destinação estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido apurado no exercício	14.605
Constituição da reserva legal - 5%	(730)
	<u>13.875</u>
<b>Destinação do Lucro:</b>	<b>13.875</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	3.469
Lucros retidos a deliberação	6.309

### 2.4.4 Distribuição de Dividendos Adicionais

Em 18 de setembro de 2023 ocorreu o pagamento de dividendos a acionista no valor total de R\$ 2.103 mil, sendo o montante referente ao mínimo obrigatório do exercício de 2022.

### **3 Estimativas críticas e riscos**

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

#### **3.1 Estimativas críticas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### **Depreciação e amortização do ativo fixo**

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

##### **Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização**

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

##### **Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento**

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

##### **Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.**

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

### 3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

### 3.2.2 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

### 3.2.3 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Fornecedores	1.019	-	-	-	1.019
Empréstimos e financiamentos	4.922	4.756	14.267	42.403	66.347
Partes Relacionadas - Contas a pagar	31	-	-	-	31
Partes Relacionadas - Dividendos a pagar	3.469	-	-	-	3.469
Passivos de Arrendamentos	8	8	24	3.416	3.456
Penalidades Contratuais	3.311	4198	-	-	7.509
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Fornecedores	2.246	-	-	-	2.246
Empréstimos e financiamentos	5.097	4.917	14.752	48.764	73.530
Partes Relacionadas - Contas a pagar	63	-	-	-	63
Partes Relacionadas - Dividendos a pagar	2.103	-	-	-	2.103
Passivos de Arrendamentos	6	6	18	2.498	2.528
Penalidades Contratuais	3.266	12	-	-	3.278

## 4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

### 4.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui mútuos e contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo Contas a pagar	Passivo Dividendos	Passivo Contas a pagar	Passivo Dividendos
<b>Circulante</b>				
Alameda Acre Participações S.A	-	3.469	-	2.103
Voltalia Energia do Brasil Ltda	17	-	50	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	14	-	13	-
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>3.469</b>	<b>63</b>	<b>2.103</b>

	31/12/2023		31/12/2022	
	Resultado (Venda I-REC)	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)	Resultado (Venda I-REC)	Resultado (Serviços/Gastos Administrativos)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	(1.253)	-	(994)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	(180)	-	(166)
Voltalia do Brasil Comercializado de Energia Ltda	(22)	-	19	-
<b>Total</b>	<b>(22)</b>	<b>(1.433)</b>	<b>19</b>	<b>(1.160)</b>

As transações de mútuos entre as empresas têm prazo de vencimento de dois anos, com incidência de juros remuneratórios de 111,5 % do CDI, conforme os contratos de mútuos.

## 4.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
<b>GARANTIA</b>			
VILA ACRE I	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2022 A 28/11/2024 - AXA SEGUROS	15.332
VILA ACRE I	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2023 A 13/12/2024 - SWISS RE SEGURADORA	241.853

## 5 Principais práticas contábeis adotadas

### 5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

### 5.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.

Máquinas - 10 anos.

Veículos - 5 anos.

Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.

Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.

Instalações - 10 anos.

Turbinas Eólicas – 32 anos. (2022 – 25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

### **Desmobilização**

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

## **5.3 Intangível**

Ativos intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

### **5.3.1 Ativos Intangíveis internamente gerados**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

### **5.3.2 Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## **5.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

### **5.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

### **5.4.2 Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

## **5.5 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## **5.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

## 5.7 Tributação

### 5.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício. Tributos sobre o lucro

#### Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

## 5.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

## Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 5.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

### 5.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

### 5.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2021 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

## 5.12 Novas e alteradas em vigor no exercício corrente

As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 foram as seguintes:

### **IFRS 17 “Contratos de Seguro”**

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão.

### **Alterações ao IAS 8 “Definição de Estimativas Contábeis”**

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

### **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement “Divulgação de Políticas Contábeis”**

Alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

### **Alterações ao IAS 12 Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação**

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação

### **Alterações ao IAS 12 “Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois”**

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

### 5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### **Alterações ao IFRS 16 “Passivo de Locação em um Sale and Leaseback”**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

#### **Alterações ao IAS 1 “Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante”**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

#### **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 “Acordos de financiamento de fornecedores”**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

\* \* \*